

SOBRE A FORMA MAIS ACERTADA DE SE ESCREVER A HISTÓRIA DO BRASIL: O CASO VON MARTIUS

Daniel Luna Machado¹

Thiago Alves Nunes Rodrigues Tavares²

RESUMO

Temos por objetivo ao longo do presente trabalho, a realização de uma análise em torno das características que fazem com que o projeto Como se deve escrever a História do Brasil, tenha se tornado o vencedor de um edital proposto pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1840. Para tanto, desenvolveremos reflexões em torno do tratamento que haveria de ser dado a diversidade do Brasil em sua narrativa, e ao estilo sobre o qual haveria de se apoiar o historiador para o agenciamento desta narrativa.

Palavras-chave: Historiografia, Martius, IHGB

ABSTRACT

The purpose of this work is to analyze the characteristics that make the project Como se deve escrever a História do Brasil, has become the winner of an edict proposed by the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro in 1840. In order to do so, we will develop reflections about the treatment that would have to be given to the diversity of Brazil in its narrative, and to the style on which the historian would be supported for the agency of this narrative.

Keywords: Historiography, Martius, IHGB

“Um historiador que mostra desconfiar da perfectibilidade de uma parte do gênero humano auctorisa o leitor a desconfiar que elle não sabe collocar-se acima das vistas parciaes ou odiosas.”

(Karl Friedrich Philipp von Martius)

Chama-nos a atenção o estudo da formação do campo historiográfico no Brasil oitocentista, assim como, as preocupações em torno da escrita de uma História pátria; é o que podemos observar quando analisamos o lançamento de um

¹ Mestre em Arqueologia / Faculdades INTA

² Doutor em História / Faculdades INTA

edital pelo IHGB pelos idos de 1839, e através do qual, deveria ser eleita a forma mais acertada de se escrever a História do Brasil.

Ora, apesar do nativismo que se levantava contra as obras de história escritas por mãos estrangeiras, o vencedor do prêmio proposto pelo IHGB, foi o de Karl Friedrich Philipp von Martius, o qual, no entender de Djacir Menezes, havia sido, na plenitude da palavra, não apenas um especialista, mas um sábio (MENEZES, In: Revista do Instituto Histórico do Ceará, 1969, p. 56).

Martius havia vindo ao então Reino Unido no ano de 1817, junto a Johann Baptist von Spix, “sábios” escolhidos pela academia de Ciências de Munique para comporem a missão científica que deveria excursionar pela América em obediência à ordem de Maximiliano José I, rei da Baviera. Expedição esta realizada em virtude do casamento do príncipe D. Pedro com dona Leopoldina no ano de 1817, estendendo-se a estada dos mesmos até 1820, tendo por resultado destas incursões, obras de fundamental importância para o conhecimento da fauna e flora brasileiras como *Flora Brasiliensis*, obra onde o Martius catalogou cerca de 850 famílias de espécimes, os quais multiplicavam-se em mais de 8000 exemplares, capturados por seu olhar científico e catalogadas em mais de 1000 estampas; além da obra *Reise in Brasilien*; narrativa de suas viagens pelo Reino.

Podemos considerar que olhar taxionômico de Martius, estivesse para além do de um cientista botânico observador de nossa fauna e flora, haja vista não ter se interessado em suas viagens, apenas em descrever e catalogar espécimes do Reino; interessou-se em conhecer o território que esquadrihava segundo aponta Karen Lisboa, não apenas através de seu olhar, mas através de relatos de viagens, crônicas e narrativas históricas daqueles que haviam precedido sua expedição (LISBOA, 1997, p. 55), ponderação da qual corrobora Djacir Menezes: “Entre os manuscritos que o Instituto recolheu, Roquete menciona, comovido sua singeleza, a lista de livros que Martius compilou ‘para servir de guia aos que pretendessem escrever sobre a nossa história’” (MENEZES, op. cit., p. 58).

Acreditamos poder inserir Martius numa tradição que segundo Peter Burke, tenha se consolidado no século XVII como gênero literário; as narrativas de viagem, onde os viajantes, relatavam o que viam, indo o interesse destes narradores desde a descrição de conjuntos arquitetônicos, sistemas políticos e culturais, modos e costumes dos locais visitados, pensando e atentando para aquilo que estivesse de

forma mais arraigada em seus interesses, e sua formação.

Ainda no que diz respeito a esta escrita de ver e narrar, basilares são as palavras de Manoel Salgado Guimarães, para o qual, Martius, Spix e outros viajantes que narraram suas viagens pelo Novo Mundo ao longo do fim do setecentos e pelo oitocentos, inserem-se neste mundo a ser explorado com o objetivo de realizar a partir de bases seguras, o sonho enciclopedista, pois acredita o autor, que diversamente das viagens exploratórias anteriores, os “viajantes” oitocentistas o fazem objetivando produzir conhecimento científico.

Consideramos então, que a formação de Martius, convergiam o cientificismo oitocentista com o Iluminismo setecentista. Interessou-se, numa prática científica, onde, segundo propõe Manoel Salgado, num mundo em que os “campos do conhecimento não estavam ainda rigidamente definidos e as ciências da natureza parecem fornecer os meios mais seguros para a realização de um trabalho metódico e científico” (GUIMARÃES, 2000), além dos exemplares de nossa flora e fauna, por aspectos etnológicos, culturais e políticos dos locais por onde passava (BURKE, 2000, p. 140-41).

Após termos realizado esta apresentação de Martius, indagamos: a que tipo de narrativa estava aberto o IHGB? O que e como deveria ser narrada esta história? Que narrativa viabilizaria a fundação da nacionalidade em base sólida? Acreditamos que tais indagações, apresentem-se como chaves para a compreensão do porque do projeto do Martius, sobrepôr-se no concurso realizado. A dissertação de Martius intitulada “Como se deve escrever a História do Brasil”, “Offerecida ao Instituto Histórico e Geographico do Brasil, pelo Dr. Carlos Frederico Ph. De Martius” datado de “Munich, 10 de Janeiro de 1843”, apresenta-se dividida em: 1- “Idéas geraes sobre a História do Brasil”; 2- “Os indios (a raça côr de cobre) e sua história como parte da História do Brasil”; 3- “Os portuguezes e sua parte na História do Brasil”; 4- “A raça africana em suas relações para com a História do Brazil”, parte esta – última, que o autor refere-se ainda à forma que deve escrever o historiador “philosóphico” do Brasil, apresentando-se então, o projeto do bávaro, em nosso entender, como verdadeiro manual de metodologia da história para a escrita de uma história de caráter pragmático como se desejou no oitocentos brasileiro.

Entendemos que o projeto proposto por Martius, seja em sua totalidade, de grande relevância para o desenvolvimento das reflexões que aqui se pretende

apresentar, entretanto, em nosso entender, temos como fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho, as etapas em que Martius reflete sobre a postura que deve ter o historiador frente à seu objeto a ser historicizado: o Brasil; assim como o tratamento que deve ser dado à diversidade, quer seja cultural, geográfica, de interesses que existia entre as províncias, e ainda aos objetivos que deveriam ser efetivados pelo historiador no ato da escrita.

Tais “apontamentos” estão reunidos, mormente, na primeira e na última etapa de seu projeto. Em suas primeiras páginas, em “Idéas geraes sobre a História do Brasil”, o autor nos fornece pistas fundamentais para que possamos compreender sua primazia sobre o concorrente. Segundo propôs Martius,

[...] qualquer que se encarregar de escrever a Historia do Brasil, paiz que tanto promette, jamais deverá perder de vista quaes os elementos que ahi concorrerão para o desenvolvimento do homem [...], côr de cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e enfim a preta ou ethiópica. (Idem, Tomo VII, p. 389-390, 1845).

Conforme aponta Martius, seria imprescindível ao historiador “philosófico”, destituído de preconceitos, atentar para as particularidades de cada um destes elementos congregados para a formação do povo brasileiro, o que propiciava a esta população “um cunho muito particular” (Idem, Tomo VII, p. 390, 1845), constituinte de um motor da história do povo brasileiro que se desenvolve por uma lei “*particular das forças diagonaes*” (Idem, Tomo VII, p. 390, 1845), onde cada um destes elementos, contribui com características “*physicas e moraes que distinguem as diversas raças*” (Idem, Tomo VII, p. 390, 1845), cabendo a cada um destes elementos, sua contribuição com características que na visão de Martius, são inatas a cada uma destas raças.

Para além de dar conta da singularidade da constituição do povo do império do Brasil, acaba por instituir em nossa historiografia, a tese da “democracia racial”, a qual por mais de 150 anos, apresenta-se como uma constante na produção do conhecimento histórico, notadamente em compêndios escolares:

Cada uma das particularidades *physicas e Moraes*, que distinguem as diversas raças, offerece a este respeito um motor especial; e tanto maior será a sua influencia para o desenvolvimento commum, quanto maior for a energia; numero e dignidade da sociedade de cada uma d’essas raças. D’isso necessariamente se segue o portuguez, que deu as condições e garantias Moraes e *physicas* para um reino independente;

que o portuguez se apresenta como o mais poderoso e essencial motor. Mas também de certo seria um grande erro para todos os princípios da historiografia pragmática se desprezassem as forças dos indígenas e dos negros importados, forças estas que igualmente concorreram para o desenvolvimento physico, moral e civil da totalidade da população. Tanto os indígenas como os negros, reagiram sobre a raça predominante. (Idem, Tomo VII, p. 390, 1845).

Podemos nos referir, segundo propõe Temístocles Cezar (2003, p. 184); à atitude de Martius, ao inserir tanto a raça “cor cobre” e a “ethiópica” na formação do povo brasileiro, como ousada para a época. Ora, segundo propunham as concepções evolucionistas coevas, o desenvolvimento social de povos híbridos como este que se constituía no Império do Brasil e que pretendia através da ação estatal, constituir-se como nação, era vedado aos povos híbridos.

Acreditamos aqui, dizer ao leitor, que a referencia negativada à América e aos seus povos, não se apresentava como um consenso no pensamento ilustrado, pois segundo aponta Cezar

O homem selvagem e a natureza americana são percebidos de forma ambivalente pelo discurso europeu, que oscila entre a imagem positiva da felicidade natural e inocente dos habitantes de clima fértil e a condenação de seus costumes bárbaros. (CEZAR, op. cit., p.122).

Entretanto, devemos ressaltar que ainda que tais raças tenham se somado para a formação do povo brasileiro, no entender do autor, “O sangue portuguez, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente da raça índia e Ethiópica” (Idem, Tomo VII, p. 391, 1845); apresentando-se então tal povo, o português, como a base sobre a qual deveria constituir-se o povo brasileiro; mas esta suposta ousadia de Martius não se limitava às proposições referentes ao como deve ser escrita a história do Brasil, acreditamos que ela se apresente ainda, em se tratando também daquilo que deveria ser tratado pelo historiador (Idem, Tomo VII, p. 402, 1845).

Ainda no que diz respeito a esta “ousadia” de Martius, ao inserir as referidas raças no processo de constituição do povo brasileiro, o autor vai além, ao referir-se que é a partir das classes mais baixas da população, que se formará o padrão de cultura nacional (Idem, Tomo VII, p. 391, 1845).

Frente a este caminho que levaria o Brasil ao rol das nações civilizadas, existia ainda; um óbice de cunho teórico e prático, pois as teorias evolucionistas

coevas, segundo conforme nos referimos anteriormente às teorias de Pauw, Montesquieu e Buffon, desacreditavam da viabilidade de desenvolvimento de um povo tão híbrido como este brasileiro, assim como de qualquer povo que estivesse para além das regiões de clima temperado do globo.

Segundo aponta Roberto Ventura (1991), foi em meados do século XVII que a visão edênica sobre a América é invertida, ganhando então contornos de negatividade. As leituras da natureza paradisíaca e o homem em seu estado natural, dão lugar à uma região inóspita ao desenvolvimento do homem e suas faculdades mentais. Significativas do pensamento ilustrado acerca do mundo “tórrido” são as proferidas por Montesquieu, Buffon e Cornelius de Pauw. Segundo propõe Montesquieu, em o *Espírito das Leis*, a diversidade de formas de governo, leis e costumes estariam intrinsecamente ligados à princípios governantes, apresentando-se nesta relação, as “leis naturais” como elemento determinante no desenvolvimento de leis políticas e civis de cada povo. É então através de uma teoria geral do clima, que o autor pretende explicar a diversidade sócio-cultural das sociedades, chegando a propor que “o império do clima, é o primeiro de todos os impérios”, chegando a atribuir um caráter negativo à influencia do clima sobre o elemento humano nas “regiões tórridas” do globo, invertendo desta forma, a visão edênica do novo mundo, a qual foi apresentada por Sérgio Buarque de Holanda, a qual apresentou-se como fundamental para a vinda de povos europeus para a América (VENTURA, op. cit.).

E é com bases nestes princípios apresentados por Montesquieu, que se desenvolve o racismo científico, o qual desacreditava da possibilidade de desenvolvimento de povos não europeus, tidos por superiores, notadamente, frente aos homens híbridos habitantes dos trópicos.

Para Buffon, os homens belos e bem feitos, assim como seu desenvolvimento e civilização, são uma particularidade das zonas temperadas do globo, o que não seria pensável para o Novo-mundo, pois no entender do autor, em regiões tidas por tórridas, seus habitantes estariam relegados ao estado selvagem, com vida dispersa e errante, impedidos de vencer a natureza e se aperfeiçoarem.

Pensamento que se cristaliza com as proposições de Cornelius de Pauw apresentadas em sua obra *Recherches philosophiques sur les Americains*, uma inferioridade biológica, tanto do homem como da natureza das referidas regiões. Corolários que se apresentam como fundamentação do racismo científico e da

inferioridade dos povos não brancos (VENTURA, op. cit.).

O tratamento proposto por Martius em seu projeto, a esta fatalidade que pairava sobre o futuro do povo brasileiro, a degenerescência, assim como do Império, acaba por apresentar-se como linha de fuga – e que consideramos como de fundamental importancia para a compreensão da aceitação do projeto do bávaro-importância frente à esta fatalidade que se colocava obstruindo o desenvolvimento do Brasil e sua constituição como nação, pois em seu entender, esta mistura das raças (Idem, Tomo VII, p. 391, 1845) realizada no Brasil, era algo de uma vontade divina:

Jamais nos poderá ser permittido duvidar que a vontadde da providencia predestinou ao Brasil esta mescla. O sangue portugûês, em poderoso rio devera absorver os pequenos confluentes das raças índia e Ethiópica. Em a classe baixa tem lugar essa mistura, e como em todos os paizes, se formam as classes superiores dos elementos das inferiores, e por meio d'ellas se vivificam e fortalecem, assim, assim se prepara actualmente na ultima classe da população brasileira essa mescla de raças, que d'hi a séculos influirá poderosamente sobre as classes elevadas e lhes comunicará aquella actividade historica que o Império do Brasil é chamado. (Idem, Tomo VII, p. 391, 1845).

Na segunda parte de sua dissertação, intitulada “Os índios (a raça cor de cobre) e sua história como parte da Historia do Brasil” (Idem, Tomo VII, p. 392, 1845), Martius oferece orientações de como deveria ser estudada esta raça, o que acreditamos que se apresente como mais um ponto em que Martius pode ser considerado como ousado, pois segundo propunham os discursos veiculados entre os séculos XVIII e XIX, o estudo de grupos não europeus, não mais pertenciam ao “território da história”, segundo as palavras propostas por Michele Duchet. Deveriam tais grupos humanos, ser objetos de análise de disciplinas como a etnologia e a etnografia. Para além então de “fabricar” um outro na produção historiográfica nacional, Martius pretende com a escrita da história integrar o nativo, e como veremos, o negro à história; e portanto, à civilização.

Para o “sábio” bávaro, o historiador deve estender suas vistas para além do ato da conquista, apesar da dificuldade que tal empreitada apresentava, pois “[...] historia que por ora não dividida em épocas distinctas, nem offerecendo monumentos visiveis, ainda esta envolta em obscuridade”, visando responder questões referentes a “natureza primitiva dos autochtonos brasileiros” (Idem, Tomo VII, p. 392, 1845), estudos que deveria ser precedidos por Martius, da elucidação

de como se formou seu “*estado moral e physico*” (Idem, Tomo VII, p. 392, 1845), devendo para tanto, “*considerá-los em suas “manifestações exteriores, como ente physico, e compará-los com os povos vizinhos da mesma raça. O paço imediato nos levará á esphera da alma e da intelligência d’estes homens; a isto se ligam investigações sobre a extensão de sua actividade espiritual, e como ella se manifesta por documentos históricos.”* (Idem, Tomo VII, p. 392, 1845), documentos que Martius entendeu ser imprescindíveis, o estudo da língua dos nativos.

A língua devem em primeiro lugar ligar-se os estudos sobre a Mithologia, as Ideogonias e Geogonias das raças brasileiras. Um observador philosóphico não deixará de descobrir restos de mythos e no balbuciamto poético, que ainda hoje se encontram vestígios muito significativos de uma perda philosophia natural, e de um culto ainda enigmático. Uma indagação superficial do culto actual dos índios do Brasil contenta-se em considera-lo como uma espécie de chamamismo ou fetichismo; mas com isto não se dará por satisfeito o historiador philosóphico [...] e por formas de um culto antigo, do qual os sacrificios humanos dos prisioneiros, o canibalismo e numerosos costumes e usos domésticos devem ser considerados como a mais bruta degeneração [...]. (Idem, Tomo VII, p. 395, 1845).

Se a literatura considerava os nativos como os “bons selvagens” de Rousseau, Martius, não se eximia de rotulá-los, como “que aqui não se trata do estado primitivo do homem, e que pelo contrario o triste e penível quadro que nos offerece o actual indígena brasileiro, não é senão o residuun de uma muito antiga, posto que perda historia” (Idem, Tomo VII, p. 393, 1845). Se as particularidades locais não possibilitavam a ligação heróica aos mitos de fundação nacionais greco-romanos, como faziam as “nações” européias, tornava-se necessário então, apesar dos comentários depreciativos do autor, adequar-se ao elemento local:

Tanto a História dos povos quanto a dos indivíduos nos mostram que o gênio da história (do mundo), que conduz o gênero humano por caminhos, cuja sabedoria sempre devemos reconhecer, não poucas vezes lança mão de cruzar as raças para alcançar os mais sublimes fins na ordem do mundo. Quem poderá negar que a nação ingleza deve sua energia, sua firmeza e perseverança a essa mescla de povos céltico, dinamarquez, romano, anglo- saxao e normando! (Idem, Tomo VII, p. 391, 1845).

Numa prática de invenção de tradições, fazia-se indispensável, adaptar-se ao elemento local; o nativo, daí a necessidade dos estudos de Mithologias, Theogonias,

Geogonias, superstições, costumes, usos domésticos, religião, relações sociais e jurídicas, ou segundo propõe pois no entender de Ricardo Salles (1997):

As nações modernas em suas narrativas históricas, emergiram de um passado remoto comum encontrado numa antiguidade marcada por uma experiência política de vocação universal e que, na verdade, projetara essa cultura para além dos marcos espaciais e temporais da Grécia antiga. (SALLES, op. cit., p. 68).

Deveria ainda, segundo o projeto materializado por Martius, atentar o futuro historiador do Brasil, para o estabelecimento de relações entre os portugueses e os nativos, o que mais uma vez, acreditamos que seja um avanço para a época; pois o autor do projeto não sugere ao futuro historiador do Brasil, que atente para a hibridização cultural do nativo: “em que estes influíram por leis e comércio, e comunicação sobre os índios”; mas também em que estes influíram no desenvolvimnto dos lusos: “e qual a parte que toca aos boçaes filhos da terra no desenvolvimento das relações sociaes dos portuguezes emigrados” (Idem, Tomo VII, p. 393, 1845).

[...] devemos reconhecer que a actividade de todas estas ordens não era desfavorável no Brasil. Nós vemos muitas vezes que ellas eram os únicos motores de civilização e instituição para um povo inquieto e turbulento. Outras vezes nós vemos ellas protegendo os opprimidos contra os mais fortes. Por isso não podem comprehendidas as numerosas querelas e rixas nas municipalidades das cidades (como v.g. se acham em grande número na referida Chronica do Maranhão por Barreto), sem referência para com o clero, especialmente com as ordens com a fundação de seus conventos (casos conventuaes), hospícios, missões no interior do paiz e especulações mercantis por ellas emprendidas. A opposição dos colonos para com estas em geral philanthropicas ordens muitas vezes nascia do conflicto de interesses sociais, nos quaes aquelles se consideravam ligados por estas. (Idem, Tomo VII, p. 402, 1845).

Já na a terceira parte de seu projeto, a qual Martius se estende mais detalhadamente, o autor refere-se como já apontamos anteriormente, ao tratamento que deveria ser dado aos “*portugueses e sua parte na historia do Brasil*”; atuação esta que deveria ser apresentada intrinsecamente imbricada à aventura lusa em além-mar, como uma epopéia (Idem, Tomo VII, p. 398, 1845), onde segundo propõe o autor:

o período da descoberta e colonização primitiva do Brasil não pode ser compreendido, senão em seu nexos com as façanhas marítimas, commerciaes e guerreiras dos portuguezes, que de modo algum ode ser considerado como facto isolado na historia d'esse povo activo, e que sua importância e relações com o resto da Europa está na mesma linha com as empresas portuguezas. (Idem, Tomo VII, p. 399, 1845),

O que acreditamos que se apresente como uma tentativa de entrelaçar mais e mais os destinos tanto do Brasil, como de Portugal, e desta forma, apresentar a história do Brasil, como um capítulo do desenvolvimento luso, o que acreditamos que se apresente como uma estratégia.

Pensando com o historiador inglês Eric Hobsbawm, tal idéia de apresentar o português, como a base sobre a qual deveria fundar-se o desenvolvimento do povo brasileiro, esta ressalva apresenta-se como reveladora da intencionalidade da fabricação da nação brasileira, pois segundo suas reflexões, para que um Estado se constituísse como a moderna organização política “nação”, era necessário que este “pleiteante” a tal *status*, atendesse alguns pré-requisitos, como: 1- A associação histórica com um Estado existente ou com um Estado de passado recente e razoavelmente durável; 2- A existência de uma elite cultural longamente estabelecida, possuidora de vernáculo administrativo e literário escrito; 3- Provada capacidade de conquista (HOBSBAWM, 1990, p. 49).

Pré-requisitos estes, aos quais, o império brasileiro atendia, tendo em vista sua ligação com a antiga metrópole, onde se estabeleceram relações para além de razoavelmente duráveis; a existência de uma elite cultural havia se instalado na América ao longo de todo o processo do fazer-se Brasil.

Se por um lado, o Império do Brasil, atendia aos pré-requisitos citados por Hobsbawm, para constituir-se como nação, por outro, o Brasil continuava a apresentar-se como praticante do tráfico infame, um império com aspirações civilizacionais onde a mão-de-obra produtora da cultura material implementada no Império, era em sua grande maioria, compulsória, constatação que acabava por afastar o Império brasileiro das nações tidas por civilizadas. Constatação que no entender de Ricardo Salles, era uma cisão social, política e jurídica entre a boa sociedade, assimilada ao modelo europeu e projetada como totalidade da nação, e sua base por vez identificada um outro subsumido à natureza e à barbárie (SALLES, op. cit., p. 82); problema este, que pretendeu ser contornado através da

literatura, como nos referimos anteriormente, ao justificar a servidão negra, pela não adaptação dos nativos ao trabalho compulsório. Na quarta etapa de sua monografia, Martius explana da forma que deve ter as reflexões sobre o negro escravizado; prática e “raça” ao qual o autor apresenta-se notadamente avesso (GUIMARÃES, op. cit.). Segundo suas palavras:

Não há duvida que o Brazil teria tido um desenvolvimento muito differente sem a introducção dos escravos negros. Se para melhor ou para peor, este problema se resolverá para o historiador, depois de ter tido occasião de ponderar todas as influencias, que tiveram os escravos africanos no desenvolvimento civil, moral e político da presente população. (Idem, Tomo VII, p. 402, 1845).

Mas frente à realidade que se impunha, o Império, em algumas regiões, apresentando-se como uma pequena África, Martius aponta o que deve ser estudado sobre a raça negra: “Mas no actual estado das cousas, mister é indagar a condição dos negros importados seus costumes, suas opiniões civis, seus conhecimentos naturaes, preconceitos e superstições, os defeitos e virtudes próprias à sua raça em geral [...]” (Idem, Tomo VII, p. 403, 1845). O Historiador do Brasil, deveria, e isto é uma tônica no projeto de Martius, estudar as relações dos lusos com os demais povos, daí sugerir que

[...] a litteratura portugueza offerece muito pouco, o que se refere à historia universal do trafico da escravatura; o autor prestaria um serviço muito relevante se na Historia do Brazil, tratasse cabal e extensamente este assumpto. De si mesmo offerecem-se entao muitas comparações sobre a índole, os costumes, e usos entre os negros e os índios, que sem duvida, contribuíram para o augmento do interesse que nos offerecerá a obra. (Idem, Tomo VII, p. 406, 1845).

Na última parte de seu projeto, o botânico com pendores à história explana “Sobre a forma que deve ter uma Historia do Brasil”, apontando características das obras até então existentes como obstáculos à compreensão do processo, as quais, ainda que se apresentassem como “[...] de preço inestimável. Ellas abundam em factos importantes, esclarecem ate com minuciosidade muitos acontecimentos; comtudo não satisfazem ainda as exigências da verdadeira historiographia , porque se resentem de mais de certo espírito de chronicas” (Idem, tomo VII, p 407, 1845); relatando eventos sem importância, o que no entender de Martius, acaba por diminuir a eficácia de tal obra e “confundir o juízo claro do leitor sobre o essencial

da relação ” (Idem, Tomo VII, p. 407, 1845).

Um compêndio de História para este Império, no entender de Martius, assim como da comunidade de sentido congregada no *establishment*, e a qual o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro mostrava-se aberto, deveria privilegiar a homogeneização das heterogeneidades e interesses constituídos em âmbito provincial ao longo do fazer-se Estado Brasil, devendo aproximá-las; quer seja por suas semelhanças e experiências ao longo do processo, pelo clima, pela agricultura e especificidades locais, tarefa que Martius acreditava exigir esforços daquele que levasse à frente o trabalho da escrita de uma história nacional, devido à imensidão do território:

Aqui se apresenta uma difficuldade em consequencia da grande extensão do trritorio brasileiro, da immensa variedade no que diz respeito á composição da população de tão disparatados elementos. Assim como a província do Pará tem clima inteiramente diferente, outro solo, outros productos naturaes, outra agricultura, industria, outros costumes usos e precisões, do que a província do Rio Grasnde do Sul; assim acontece igualmente com as províncias da Bahia, Pernambuco e Minas. (Idem, Tomo VII, p. 407, 1845).

A referência a estas províncias, acreditamos que seja emblemática da necessidade de integrar tais províncias a unidade imperial haja vista, tais partes do império, terem se apresentado como palco de contestação ao poder central, segundo aponta o próprio autor: “deve o historiador patriótico aproveitar toda e qualquer occsião afim de mostrar que todas as províncias do Império por lei orgânica se pertencem mutuamente, que seu propicio adiantamento só pode ser garantido pela mais íntima união entre ellas” (Idem, Tomo VII, p. 410, 1845), e quanto à esta separação entre as partes constitutivas do Império, Martius chama a atenção reiteradas vezes:

Ainda reinam muitos preconceitos entre as diversas províncias: estes devem ser aniquilados por meio de uma instrucção judiciousa; cada uma das partes do Império deve tornar-se cara ás outras; deve procurar-se provar que o Brazil, paiz tão vasto e rico em fontes variadissimas de ventura e prosperidade civil, alcançará o seu mais favorável desenvolvimento, se chegar, firmes os seus habitantes na sustentação da Monarchia, a estabelecer por uma sabia organização entre todas as províncias, relações recíprocas. (Idem, Tomo VII, p. 410, 1845).

Martius ao apontar como deve ser escrita a história e quais historias locais deveriam convergir, aponta semelhanças entre as províncias que possibilitam, em seu entender uma metonimização proposital na fabricação historiográfica, o que só

seria possível para alguém que houvesse estado e conhecido as peculiaridades de cada uma destas partes constitutivas do Império, condição imprescindível a este futuro historiador do Brasil, o conhecimento destas regiões do império, pois no entender do autor, “Para tal trabalho, segundo certas divisões geraes do Brazil, parece-me indispensável que o historiador tivesse visto esses paizes, que tivesse penetrado com os seus próprios olhos as particularidades da sua natureza e população” (Idem, Tomo VII, p. 408, 1845).

Portanto, deviam ser tratadas conjuntamente aquellas porções do paiz que pore sua analogiada sua natureza physica pertencem uma as outras. Assim por exemplo, converge a historia das províncias de São Paulo, Minas, Goyaz e Matto Grosso, a do Maranhão se liga á do Pará, e a roda dos acontecimentos de Pernambuco formam um grupo natural os do Ceará, Rio Grande do Norte e Parahyba. Emfim, a historia de Sergipe, alagoas e Porto Seguro, não será senão a da Bahia. (Idem, Tomo VII, p. 408, 1845).

Martius não se limita em seu projeto, a apresentar linhas do que deve ser tratado numa narrativa nacional; seu projeto apresenta ainda, a forma pela qual uma história nacional deve ser apresentada aos leitores; o historiador, deverá lembrar “em primeiro lugar que não excitará nenhum interesse vivo, nem lhes poderá desenvolver as relações mais intimas do paiz, sem serem precedidos os factos históricos por descripção das particularidades locaes da natureza” (Idem, Tomo VII, p. 409, 1845), devendo desta maneira, o historiador “philosóphico”, primar em suas descrições da terra como já era prática entre os literatos. Segundo propunha Martius, uma “História philosóphica do Brazil”, deveria estar para além de colocar o mortal próximo do imortal; immortalizar a ação do homem nesta sociedade que se constituía em além-mar. Deveria o historiador philosóphico, no entender do sábio, instituir o patriotismo, assim como, apresentar-se sua obra, como um repertório de atitudes e sentimentos úteis ao desenvolvimento do Império; a história para Martius, deveria ser um tipo de narrativo com função retórica e princípios morais:

Nunca esqueça pois, o historiador do Brazil, que para prestar um verdadeiro serviço a sua pátria deverá escrever como autor Monarchico-Constitucional, como unitário no mais ouro sentido da palavra. D’aqui resulta que a obra, a qual não podia exceder a um so forte volume, deverá ser escripta em um estylo popular, posto que nobre. Deverá satisfazer não menos ao coração que á intelligencia. [...] O Brasil é um objecto digno de uma história verdadeiramente popular, tendo o paiz entrado em uma phase que exige um progresso poderoso: por isso uma história popular do paiz vem muito a propósito, e possa seu autor, nas muitas conjunturas favoráveis que o Brazil oferece, achar um feliz

estímulo, para que imprima a sua obra todo o seu amor, todo o zelo patriótico, e aquelle fogo poético próprio da juventude ao mesmo passo que desenvolva a applicação e profundidade de juízo e de firmeza de character, pertencentes a idade moderna e varonil. (Idem, Tomo VII, p. 411, 1845).

O trecho supracitado apresenta-se de forma referencial para que possamos compreender a primazia do projeto proposto por Martius; era à este tipo de história que estava aberta a comunidade de imaginação congregada no establishment; uma história que para além de narrar a diacronia do fazer-se Brasil, tivesse finalidades morais; um discurso comprometido com o engrandecimento do Estado, discurso capaz de instituir um sentimento de pertença à nação.

Apesar de ter sido convidado a levar a cabo seu projeto, Martius acabou por não aceitar a empresa, pois era a seu ver, empresa áspera por demais, o que se torna evidente na leitura dos “Extractos das atas das sessões dos mezes de julho e agosto de 1844”, na 125ª sessão do Instituto realizada em 18 julho de 1844, presidida pelo Cônego Januário da Cunha Barboza, quando o sábio bávaro, em missiva, assim responde ao convite feito pelo establishment para que materializasse a tão almejada história do Brasil:

Muito me regozijo que vossa illustrada associação julgasse conveniente escrever uma história do Brasil fundadda sobre bases tão amplas como as indicadas em minha dissertação: mas de outro lado, Sr. e respeitável colega, não ousarei aspirar eu mesmo á empreza tão árdua. (Idem, Tomo VII, p. 38, 1845).

Frente à recusa do sábio bávaro para a empreitada de materializar este intercessor imperial que o era a memória em seu devir história, a comunidade de imaginação congregada no establishment, deveria esperar mais uma década; até que uma obra com potencialmente tais caracterísitcas viesse à luz através da pena de Francisco Adolfo de Varnhagen

Bibliografia

BURKE, Peter. **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

CEZAR, Temístocles Américo Correa. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX: Ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, Sandra (Org.). **História cultural**: experiências de pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. History and nature in Von Martius: scanning Brazil to build a nation. Hist. cienc. saude-Manguinhos. [online]. July/Oct. 2000, vol.7, no.2 [cited 08 September 2005], p.391-413. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702000000300008&lng=en&nrm=iso>.

LISBOA, Karen Macknow. A **Nova Atlântida de Spix e Martius**: Natureza e Civilização na viagem pelo Brasil (1817-1821). São Paulo: Hucitec, 1997.

MENEZES, Djacir. Von Martius (No centenário de sua morte – 13 de dezembro de 1869). In: **Revista do Instituto Histórico do Ceará**.

SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial**: a formação da identidade nacional no Brasil no segundo reinado. São Paulo: Topbooks, 1997.

Von Martius, Carl Friedrich Philipp. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista Trimestral de Historia e Geographia**. n.24. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I.P.da Costa, 1845.pp.381-403.